

TEXTOS: PRODUÇÃO E EDIÇÃO

ECDÓTICA: DISCIPLINA PÓS-MODERNA?

Mario César Newman de Queiroz
(UFRJ; EPSJV-FIOCRUZ, UFF)
mcnqsofocles@terra.com.br

À querida mestra Marlene Mendes

INTRODUÇÃO

Nestes tempos em que, por força de novas mídias, se fala que o texto se libertou do livro e que a vontade autoral, por força das teorizações literárias e discursivas, figura como peça despropositada no arranjo das leituras, qual o lugar da ecdótica? Ainda é possível falarmos em importância da ecdótica, quando fundamentos que lhe são tão caros são tão duramente atacados? Ou poderemos e deveremos falar que a ecdótica adquire uma nova dimensão? Poderemos falar de importância da ecdótica a partir de uma perspectiva que a valorize mais como disciplina descritiva que normativa?

A situação não deixa de apresentar certa ironia da história, pois, tecnicamente, com os *softwares* e processos de editoração eletrônica atuais, dispomos de possibilidades de produção de edições críticas rigorosas em rapidez e quantidade como há 20 anos apenas ainda era impensável. Mas nesse momento *partis pris* teóricos de bases românticas da ecdótica – “vontade autoral”, “originalidade autoral”, “texto original”, “texto definitivo” –, que a tornavam uma disciplina necessária às investigações literárias, históricas e textuais em geral, são profundamente revistos e mesmo postos de lado. É irônico, pois a mesma *internet* que nos propicia descobrir onde podemos encontrar as diversas edições e variantes de um texto faz com que se transforme a ideia do que seja um texto.

Aprofundar as indagações sobre as bases teóricas que fazem a ecdótica ser uma disciplina necessária para os estudos textuais contemporâneos, pensar a ecdótica nas dimensões das novas circunstâncias de leitura, de novas concepções sobre interpretação, sobre o que é um texto e das estratégias de abordá-lo, é o que intentamos aqui.

TEORIA LITERÁRIA E ECDÓTICA

A TL e a ecdótica assumiram nos últimos anos uma espécie de estranho divórcio, a nosso ver, improdutivo para ambas as partes. Os profissionais da ecdótica parecem, em sua prática, infensos a toda e qualquer teorização, por um lado. E os profissionais da TL, por sua vez, não parecem mais dar importância a esse aspecto tão crucial para os estudos literários que é o estabelecimento dos textos a serem tomados pelos estudos literários. Há inclusive, de ambas as partes, uma espécie de repulsa a priori pelo trabalho uns dos outros.

A nossa posição aqui busca superar esse abismo inexplicável. Como já apresentamos em comunicação e artigo anteriores, a ecdótica não deve se ater em pressupostos românticos como “vontade autoral” na fixação de textos. Por sua vez, os estudos literários em geral têm sempre muito a aprender com o trabalho da ecdótica, pois o trabalho central da ecdótica, estabelecer textos, no modo como pensamos essa disciplina, propicia uma ampla reflexão sobre a vida dos textos literários em sua formação e difusão.

Do mesmo modo que a filosofia contemporânea de Deleuze e Guattari, por exemplo, faz a crítica à subsunção da diversidade ao um, o pensamento que move a ecdótica tradicionalmente tende ao mesmo procedimento. O fato é por demais interessante, pois, dentre as disciplinas que pensam o texto, é a ecdótica que sempre se depa-rou com o texto como diversidade. É a ecdótica que sempre se depa-rou com o fato que cada texto pode ser uma pluralidade de textos. E o exercício da ecdótica sempre foi o de trazer a pluralidade ao uno.

Como dizem Deleuze e Guattari, in *Mille Plateaux*, a tradição ocidental sempre pensou o texto como árvore, ramos e galhos, e raízes que sempre se reportam a um mesmo tronco, a uma mesma unidade orgânica, como tão bem o Padre Antonio Vieira em seu famoso Sermão da Sexagésima apresentou. Deleuze e Guattari queriam pensar o texto em sua pluralidade rizomática, raiz de capim que se multiplica pela capacidade de não possuir um centro a que o todo se refira. É de igual modo que pensamos a riqueza da ecdótica em seu esforço de produzir edições críticas. Uma ecdótica sem a pretensão de apresentar a “lição” sobre o texto, sem a arrogância do crítico de pressupor a verdade sobre a forma do texto. Fato que, muitas vezes, resulta em criação de uma nova vertente do texto, de produção de

TEXTOS: PRODUÇÃO E EDIÇÃO

uma nova variante, em vez de estabelecimento de um texto definitivo. Analisaremos um caso desses mais adiante. Importa agora buscar refletir sobre alguns pontos dentro da disciplina ecdótica.

AS REALIDADES DO TEXTO E A VONTADE AUTORAL

A concepção que temos da ecdótica contrapõem-se àquela definição primeira da disciplina, conforme apresentam Bárbara Spaggiari e Maurizio Perugi, por exemplo, “a tarefa da crítica textual é, precisamente, a reconstituição de um texto que se aproxima o mais possível do original perdido (‘constitutio textus’)” (Spaggiari; Perugi, 2004, p. 32.).

E traz como consequências mais evidentes para a disciplina as seguintes considerações:

- Evitar o “iudicium”, ainda mais a pretensão de afirmar uma lição como a correta.
- O “stemma codicum” passa a ser mais importante para a ecdótica que o estabelecimento de um texto fidedigno.
- Descrever a história da difusão de um texto em sua vibração rizomática torna-se mais importante que a atitude prescritiva da lição correta e do texto definitivo.
- As “variantes de tradição”, compreendidas como as formas históricas que um texto veio a público, tornam-se mais importantes que a ideia de um texto “original” que nunca foi publicado. Talvez fruto de uma interpretação editorial e crítica.
- Bédier afirmava que o original não é atingível. Grande parte da briga com os lachmanianos nasce em tal afirmação. A questão, porém, não está no grau de atingível, mas na própria ideia de original. Contrariamente a Bédier, porém, tender-se aos “códices plurimi”.
- Lachmaniana, talvez, mas sem proeminência autoral, sem pretensões a resgatar um texto original.

DOIS CASOS

Luz Mediterrânea

Avaliemos duas situações de autores modernos. Ambas de poetas que, por falecerem cedo, deixaram apenas um livro em uma

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

edição: nada parece mais fácil de ser resolvido para um crítico textual que os casos de uma única edição publicada em vida. No entanto, avaliemos as duas situações. O primeiro caso é o de *Luz mediterrânea*, de Raul de Leoni. Trata-se de um livro que, embora marginal ao cânone, alcançou desde sua publicação em 1922, uma edição a cada dois ou três anos, constituindo-se num verdadeiro fenômeno.

No entanto, as edições mais difundidas, as da Livraria Martins de São Paulo, apresentam a supressão de um ponto de interrogação no título do poema “Superstição?”, além de gralhas que perduraram como “brocardos” erradamente, em vez de “brocados”, no poema “Florença” e de “crepúsculos” erradamente, em vez de “escrúpulos”, no soneto “Platônico”. Todas são falhas editoriais que alteram substancialmente a compreensão, produzem sentidos diferentes, logo, recepções possivelmente distintas dos textos. Mas foi exatamente com essas variantes que a poesia de Raul de Leoni obteve maior recepção. Longe, portanto, de torná-las proscritas é interessante tê-las sempre em nota.

Por outro lado, embora recentemente tenham surgido edições em que seus organizadores demonstram-se muito preocupados com o texto original, nenhuma edição de *Luz Mediterrânea* reproduziu novamente a primeira, a única em vida de Raul de Leoni, a que deve ser tomada como texto base, nem as recentes e bem cuidadas edições organizadas por Fernando Py (Pirilampo, 1987), por Edith Marlene de Barros e César Olímpio Ribeiro Magalhães (Academia Petropolitana de Poesia Raul de Leoni, 1995), por Pedro Lyra (Topbooks, 2000) e por Sérgio Alcides (Martins Fontes, 2001), nas quais as falhas das sucessivas edições da Livraria Martins são sanadas⁵.

Pois todas as edições desconsideram o aspecto de sucessivos casulos em que se inserem os poemas. O livro não é poema após poema passando-se de página em página. A apresentação em casulos-poemas havia escapado de mim também quando elaborei minha dissertação de mestrado sobre *Luz mediterrânea*. Nele cada poema, por

⁵ Nas edições feitas pela Livraria Martins, de São Paulo, as mais difundidas, da 4ª (1946) à 12ª, o título do poema no índice e no texto está sem o ponto. Quanto à questão da posição dos títulos encimando os poemas ou isolados em página própria, não passou despercebida por Pedro Lyra, conforme podemos ver em sua “Nota sobre as edições e o texto” mas parece não ter dado a isto valor significativo na composição do livro.

TEXTOS: PRODUÇÃO E EDIÇÃO

menor que seja, é precedido de uma página em que consta apenas o título do poema. Depois do poema segue-se, também numa página, isoladamente, uma pequena vinheta, um pequeno desenho fechando o “casulo”. Ao que se seguirá uma nova página contendo apenas o título do poema seguinte, a formar um novo casulo. Uma composição bastante antieconômica de um livro. Mas uma forma muito significativa na elaboração de um livro que se compõe por poemas que instauram uma luta entre correntes de pensamento antagônicas (epicurismo, platonismo, nietzchianismo etc.).

Eu e Outras Poesias

A edição das obras completas de Augusto dos Anjos pela prestigiosa editora Nova Aguilar (1994) trouxe, como já mapeei anteriormente, em texto constante no site do CiFEFil, intitulado “Teorizar a ecdótica: a questão teórica da morte do autor inviabiliza a ecdótica?”, no esforço de fixar o texto definitivo do soneto “O último número”, ditado por Augusto dos Anjos em seu leito de morte, uma nova variante.

Em sua primeira publicação, na *Gazeta de Leopoldina*, um dia depois do falecimento do poeta, em 1914, aparece no 12º verso a palavra “antogênica”, “Pois que a minha antogenica Grandeza”. Já na segunda publicação do poema no *Almanaque do Estado da Paraíba* de 1917, a palavra era substituída por outra, vindo agora “antagônica”, talvez por ser mais familiar que o primitivo “antogênica”. A publicação posterior em livro, organizada por Órris Soares, retornava à forma de 1914, “antogênica”.

Nas edições da Livraria São José, estabelecidas por Antônio Houaiss e Francisco de Assis Barbosa, os organizadores fizeram uma opção por um vocábulo identificado com o cientificismo da época do poeta, vocábulo de fácil localização na obra de Ernest Haeckel, tantas vezes citado pelo poeta e de tanta importância na sua obra como analisamos em tese de doutorado, trocaram então a palavra “antogênica” por “ontogênica” em ortografia atualizada.

Mas, antes ainda da lição estabelecida por Houaiss e Assis Barbosa, antes mesmo daquela publicada em 1917, à ocasião da morte do poeta, publicado no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro,

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

em dezembro de 1914, Antônio Torres em seu louvor ao poeta intitulado “O poeta da morte” trazia o poema com outra variante “autogênita”, confirmada por Humberto Nóbrega, em estudo de 1962. E, a tirar pelas duas edições da Bedeschi que consultamos, a 19ª de 1952 e a 25ª de 1952, é provavelmente a variante constante no maior âmbito de difusão da obra (a Bedeschi editou da 6ª em 1934 à 28ª em 1961, sempre trazendo o texto de Antônio Torres como introdução) com “autogênita”.

Porém, uma nova variante surge na edição da *Obra completa* de Augusto dos Anjos da Editora Nova Aguilar, estabelecida por Alexei Bueno e explicada em nota ao fim do volume (sem indicações no corpo do texto). Após descartar a variante “antogenica” por não fazer “nenhum sentido” e “antagonica” pelo mesmo motivo, o editor ressalta a variante “autogênita” que é um neologismo que faz sentido, “mas que se afasta muito da forma da primeira publicação, pois exige a mudança de duas letras... ou seja, a troca de *n* e *c* por *u* e *i*” (Bueno, 1995, p. 832.). A seguir comenta de forma favorável sobre a variante apresentada por Houaiss e Assis Barbosa, com relação aos aspectos semânticos e estilísticos, conclui dizendo: “apesar de a troca de um *o* por um *a* no início da palavra não ser dos erros mais corriqueiros, embora rigorosamente possível”. Condena a fixação do texto feita por Zenir Campos Reis – muito embora este tenha procedido absolutamente dentro das normas de apresentação de uma edição crítica, tanto na fixação do texto quanto no tratamento das variantes – por ser excessivamente fiel à “lição inaceitável da *Gazeta de Leopoldina* e da 2ª edição do *Eu*”. Para logo a seguir apresentar a sua lição.

Finalmente chegamos à presente lição, com a qual julgamos reencontrar, após oitenta anos de equívocos, a forma original do verso:

Pois que a minha autogênica Grandeza

Tendo o mesmo sentido da forma *autogênita*, mas alterando apenas uma letra da palavra original, em vez de duas, não sendo como esta um neologismo incomum, e explicando facilmente o surgimento da forma *antogênica*, pelo tradicional erro tipográfico da troca do *u* pelo *n*, letras do mesmo formato que se distinguem pela posição na vertical, julgamos probabilíssimo ter sido esta a palavra usada pelo poeta.

Essa nova variante já frutifica em novas edições como podemos ver na 45ª edição do *Eu*, pela editora Bertrand Brasil, de 2002, igualmente com a variante “autogênica”, que embora bem cuidada

TEXTOS: PRODUÇÃO E EDIÇÃO

por Ivaldo Pio de Azevedo traz, como vimos acima no caso do “Recife” sucedido por ponto ou por vírgula, uma nota da editora afirmando serem as edições de 35 a 42 (pela Civilização Brasileira) reproduções *ipsis literis* do texto da 31ª edição (pela Livraria São José) e a edição em pauta (a 45) utilizar como texto base o da 42. Mas novamente ocorre aqui o que já apontáramos. A julgar pela 35ª edição, onde encontramos o poema em questão com a palavra “antogênica” e não “ontogênica” como deveria se reproduzisse a 31ª edição com a lição de Houaiss e Assis Barbosa.

O que parece saltar aos olhos no caso do estabelecimento de texto deste poema é que todas as variantes apresentadas podem ser legitimadas por uma análise que leve em conta como salientou Antônio Torres o caráter hermético, ocultista do poema.

A solução encontrada por Alexei Bueno parece não levar em conta (e não por ignorá-las) as condições de aparição do poema. O poeta tísico, no leito de morte, já sem condições de escrever, talvez entre ataques de tosse e apoplexia, dita o poema para alguém que o transcreve. Depois o poema manuscrito é levado para a redação do jornal da pequena cidade mineira de Leopoldina, em que residia àquela altura o poeta, e ali tem sua primeira publicação. Tem-se assim a possibilidade da compreensão da palavra menos corriqueira do poema já ter sido corrompida na escuta de quem o transcreveu, tornando o critério ecdótico, como o quer entender Alexei Bueno, “o da maior probabilidade de determinados erros tipográficos” (Bueno, 1995, p.832), infrutífero para, em seus termos também, “reencontrar” a forma “original do verso” e estabelecer a lição corretora de oitenta anos de equívocos.

A “lição” de Alexei Bueno parece-nos apontar não para uma fixação definitiva do texto do poema de Augusto, mas para o caráter rizomático da máquina poética de Augusto dos Anjos. A capacidade de trazer para si o leitor para que ele também ali desenvolva essa potência rizomática da poesia em traçar linhas de fuga, mesmo quando ele, o leitor, pensa estar definindo o caminho significativo do poema. A resposta que Antônio Torres dá às suas próprias indagações sobre o que seria o último número, parece aqui também ter sua eficácia, “Pode não ser nada disso e pode ser tudo isso ao mesmo tempo...” O soneto de Augusto à beira da morte está ainda vivo, plástico, se

transformando ainda em sua matéria significativa por sobre a matéria da morte, sugerindo-nos que nós o produzamos ainda mais, ainda mais uma vez. Participemos da obra desse autor com nossa autoria, entremos na máquina literária de Augusto dos Anjos.

Fato, porém, de suma importância para nós hoje, aqui, nesta Semana, somente através do acompanhamento crítico das edições podemos chegar aos desenvolvimentos a que um texto se entrega às diversas re-escritas que ele sofre, os diversos desejos de autoria que tentam se apossar do texto. A lição definitiva a que chegou Alexei Bueno, longe de apontar para uma vontade autoral, fala-nos, exemplarmente, que a vontade do autor será sempre uma nova articulação autoral do leitor.

A TÍTULO DE CONCLUSÃO

Acreditamos que a ecdótica encontra lugar como disciplina reflexiva e de grande interesse na contemporaneidade, desde que certas bases de sua constituição crítica sejam alteradas. Mais ainda que o advento de novos meios e suportes vêm dar novo ânimo e nova configuração ao trabalho da ecdótica. Para uma nova ecdótica que trabalhe mais com a ideia do texto como rizoma do que como árvore. Sem as pretensões de restituição do texto ao original ou em conformidade com qualquer suposta “vontade autoral”.

Como observa Jean Clément, sobre as novas possibilidades das edições críticas e genéticas adquirirão formatos que lhe são mais propícios.

Com o hipertexto e as múltiplas janelas das telas, a operação se torna fácil e provoca um modo novo de ler. O prototexto se torna parte integrante do texto, que surge assim mais como um processo em curso de elaboração do que como uma obra definitiva. De resto, as novas capacidades de armazenamento modificam o estatuto da nota de rodapé e das referências cruzadas. Não há mais necessidade de buscar o texto citado pelo autor em uma edição que se tornou inencontrável. Pode-se ter acesso a ela diretamente e ler grande trechos, ou até mesmo – por que não? – sua integralidade. (Clément, 2004, p.32.)

Hoje um cd-rom pode disponibilizar um poema, simultaneamente, em diferentes janelas, nas suas diversas variantes integrais. A edição a ser trabalhada por um profissional de ecdótica assume uma

TEXTOS: PRODUÇÃO E EDIÇÃO

nova e instigante dimensão. Como sugere o mesmo Jean Clément, um DVD pode oferecer uma peça de Shakespeare em diferentes encenações.

Citando J Jouët, ainda com Jean Clément, esses novos objetos, DVD, cd-rom, MP4, Internet etc., exigem “a participação do usuário, não mais na simples decodificação das mensagens, mas também no funcionamento operacional do sistema técnico” (p. 35). Há, pois, uma revolução nos nossos hábitos intelectuais em andamento, cabe à ecdótica apropriar-se dessas novas e ricas possibilidades. Por isso a queremos mais como disciplina “descritiva” que prescritiva.

BIBLIOGRAFIA

BUENO, Alexei. In: ANJOS, Augusto dos. *Obra completa de Augusto dos Anjos*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994, p. 832.

CLÉMENT, Jean. Do livro ao texto: as implicações intelectuais da edição eletrônica. In: SUSSEKIND, Flora; DIAS, Tânia. *A historiografia literária e as técnicas de escrita*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2004.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mille Plateaux*. Paris: Minuit, 2000.

SILVA, José Pereira da. Ecdótica: arte e técnicas de edição de texto. In: www.filologia.org.br/anais/anais%20III%20CNLF39.html

SPAGGIARI, Bárbara; PERUGI, Maurizio. *Fundamentos da crítica textual*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.